NOTAS E SUBSÍDIOS PARA A ANÁLISE DO DISCURSO
(Uma contribuição à leitura do discurso da Administração)

Roberto Ballalai*

1. Introdução; 2. Um instrumental metodológico; 3. Considerações gerais sobre o discurso; 4. A organização da comunicação e a formação do sentido; 5. A produção de sentido: a condição de produção; 6. O explícito e o implícito no discurso. O dito e o não dito; 7. A contribuição da pragmática, da teoria da argumentação e da teoria da interrogação e do questionamento; 8. Procedimentos metodológicos; 9. Conclusões.

1. Introdução

A análise do discurso tem contribuído de maneira substancial para a compreensão dos resultados da produção de saber nos vários campos das ciências humanas e sociais. Desvendando os mistérios da linguagem, rompendo a opacidade das palavras e das frases, desvelando os segredos dos subentendidos, penetrando nos implícitos do dito, essa análise vem compondo um instrumental metodológico que, a partir do conceito de discurso com base em teorias lingüísticas, permite compreender-lhe os sentidos múltiplos criados através da complexa trama de atores que a realizam.

A sua aplicabilidade é de tal forma ampla e variada que vem tornando possível um rico processo de decodificação do discurso no que mais profundamente guarda de secreto e de latente. Tentativas foram feitas no campo da sociologia, da política e da literatura, para citar alguns poucos exemplos de análises que são encontradas com freqüência. Alguns desses estudos são solicitados, por exemplo, por políticos interessados em conhecer o que subjaz às notícias dos jornais e às tendências políticas dos periódicos.

A abrangência, dizia eu, é grande. A conseqüência é sempre um novo entender dos textos produzidos numa área, quase sempre voltado para a definição política e ideológica que esses textos encobrem. A análise do discurso é um processo de desmascaramento da palavra, numa busca da verdade que se esconde atrás dela, uma denúncia do não dito.

* Doutor em educação brasileira pela UFRJ na área de Administração e Planejamento; professor no Curso de Mestrado em Educação Física da Faculdade de Educação da Universidade Gama Filho; diretor do Centro de Cooperação Técnica do Centro Educacional de Niterói.

Assim é também o discurso que fala de administração. Ainda que propugne uma neutralidade científica, o discurso produzido pelas teorias, pelas propostas de ação, pelas justificativas de esquemas organizacionais esconde intenções não confessadas ou não confessáveis, trazendo em nível do explícito declarações que se opõem às subjacentes e que, se denunciadas pela revelação do implícito, apresentam intenções contrárias às declaradas.

A tarefa de desvelar esse nível do implícito, de desmascarar o discurso, implica uma série de conhecimentos fundamentais que independem dos processos de análise. Tais conhecimentos abrangem questões relativas à comunicação e à imbricada organização do discurso que se forma dessa comunicação.

É, portanto, objetivo deste trabalho analisar alguns aspectos relativos ao discurso e, como disse antes, à complexa trama de atores que o realizam. Este trabalho dará atenção à questão da organização da comunicação, onde atuam aqueles atores, e à formação dos sentidos do discurso. Pretende examinar o papel do contexto, a fim de esclarecer a importância das condições de produção do discurso na elaboração desses sentidos. Essas análises pretendem preparar o leitor para atingir o âmago da questão que se impõe: a oposição entre o explícito e o implícito, entre o dito e o não dito.

A proposta metodológica emergente dessas considerações é devedora dos estudos da pragmática e da argumentação, da teoria da interrogação e do questionamento. Todas essas considerações poderão servir de pano de fundo à leitura dos discursos da administração. O imbricado desses discursos, a sua variada forma e seus cruzamentos devem ser levados em conta.

Compõe o discurso administrativo, em primeiro lugar, o vasto corpo teórico que vem sendo traçado desde as propostas da teoria da administração científica. Essas várias teorias estão permeadas de propostas que, muitas das vezes, não são condizentes com as propostas explicitadas pelas próprias teorias.

Em segundo lugar, vem o discurso crítico dessas várias teorias, não só inseridos nos novos discursos críticos delas mesmas, mas também como componentes dialéticos (ou não) do grande discurso teórico acima definido. São exemplos concretos desses discursos os estudos, os artigos em revistas especializadas, as teses e todos os trabalhos voltados para a análise do corpo teórico acima assinalado. São discursos que almejam a cientificidade, assentados nos princípios e métodos da pesquisa acadêmica e preocupados, de maneira geral, com a objetividade de seus assertos.

Paralelamente a esses dois tipos de discursos em torno da administração, arma-se outro, representativo das posições oficiais, tecido pelas necessidades governamentais, em determinado momento histórico. Uma outra textura (de texto), distinta das duas primeiras, constrói um discurso nitidamente político.

É também discurso-alvo de análise aquele que é produzido de maneira mais espontânea: o discurso oral, tecido pelo dia-a-dia dos que atuam nos variados processos administrativos, ora diretamente como responsáveis por esses processos (os administradores), ora como elementos subordinados. Esse discurso oral, vivo, aparece nas falas dos líderes, dos representantes do povo, dos dirigentes, dos reivindicadores. Também esse discurso, analogamente aos anteriores, pode-se assumir como fórmula mágica para mascarar ou legitimar posições avessas às declaradas. O discurso oral apresenta-se como depositário do conteúdo dos demais discursos.

Todos esses discursos, ou essas formas de discurso, são avatares de um só, o discurso da administração. Tomando essa ou aquela forma, vem sendo tramado como um longo fio trançado com vários fios, buscando efetivar a sua sedução. Discurso sedutor, como todo discurso; comparável ao texto – trança de Roland Barthes – tão fortemente sedutor, que leva em si o toque da sensualidade. Para quebrar-lhe a magia é preciso dissecá-lo, examiná-lo por dentro, nas suas lacunas, nos seus silêncios, nos seus contra-sensos; examinar-lhe os intestinos, sacar-lhe os tumores e penetrar-lhe as entranhas. Pô-lo a nu, mostrando o que disse, mas, sobretudo, o que não disse.

A complexidade do discurso sobre a administração não é pequena, e exige um nível de análise e pesquisa que permita desvendá-lo. Para isso, é preciso encontrar uma metodologia de pesquisa e análise compatível com essa proposta de exame, e que permita conhecer as entranhas de tal discurso.

2. Um instrumental metodológico

Cabe, pois, construir um importante instrumental metodológico para examinar esse longo discurso, penetrá-lo e dissecá-lo. Nesse sentido, procurei buscar metodologias adequadas à tarefa. Foi nas teorias de abordagens do discurso que pude encontrar o respaldo necessário à missão assumida. Teorias que tomam formas variadas: análise do conteúdo, análise do discurso, teorias sobre a argumentação, sobre a interrogação, a pragmática. Todas elas oriundas das tentativas lingüísticas de explicação e compreensão de textos orais ou escritos.

Dessa forma, faz-se necessário um instrumental metodológico adequado ao exame do discurso. Fui buscá-lo dentro de teorias lingüísticas, onde encontrei os referenciais teóricos suficientes para a organização de uma metalinguagem que desse conta de uma descrição do discurso-alvo, com todas as implicações da organização, estruturação e produção desse mesmo discurso.

A análise lingüística, procedendo a uma investigação no mundo das palavras, da frase, do discurso, caminha no sentido de desvendar esse mundo, alcançando o que se organiza atrás dessa palavra, dessa frase e desse discurso. Nesse sentido, a expe-

riência do estruturalismo foi importante. Os analistas das narrativas buscavam fazer emergir dos textos um termo de origem, termo matriz, primeiro, gerador de todos os outros termos produzidos ou produzíveis. A análise da narrativa tentava "indicar o termo *ab quo*, ou seja: a estrutura de base a partir da qual todas as outras estruturas podem ser geradas" (Greimas, 1970, p. 258).

Assim, a análise do discurso visava descobrir qual o termo origem que permitiria produzir todas as concretizações do próprio discurso. Por mais variado que seja, por mais contraditório que se apresente, um termo primeiro e gerador de outros é detectável. Alcançá-lo será atingir o mundo dos conceitos e precisá-lo em nível de definições. Essa é uma das contribuições que espero desse instrumental.

A contribuição da lingüística aos vários campos de conhecimento vem crescendo e se afirmando através dos tempos. O estruturalismo deixou a sua marca. A crítica a ele levou os especialistas a buscarem novas propostas e novas soluções; teorias como a análise do conteúdo *(Content analysis,* Berelson) ou a análise do discurso desenvolveram técnicas aplicáveis a toda espécie de saber. As contribuições da pragmática e da teoria da argumentação (Perelman, Ducrot, Anscombre) levaram em consideração a força contextual que condiciona o discurso e tentaram entender o fenômeno da sua construção de um ponto de vista dialético, alertados para o imobilismo do estruturalismo.

A contribuição da lingüística no campo da literatura é indiscutível. Um número ilimitado de obras sobre a análise da narrativa atesta esse fato. A contribuição de publicações francesas foi e é importante: Todorov, Kristeva, Barthes, Greimas, para citar apenas alguns que dedicaram suas pesquisas à relação entre a lingüística e a literatura.

É essa aplicabilidade da lingüística a outros campos de conhecimento que a transformou num importante instrumental de análise. E, na verdade, ela se submete, no dizer de Jean Peytard (1968, p. 8) ao duplo movimento de dádiva e de empréstimo. Oferecendo-se a outros campos, toma deles a seiva suficiente para renovar-se e refazer-se. Que se utilizem os seus conceitos e que se lhe devolvam outros que não eram próprios, nada mais natural – ainda para citar Peytard, que enumera esse vaivém entre estudiosos como os documentalistas, os etnólogos, os musicólogos, os psicanalistas. A contribuição da antropologia também se faz presente nessa reciprocidade de influências, como atestam os trabalhos de Lévi-Strauss.[1]

Assim, a lingüística, por qualquer estatuto que assuma em qualquer tipo de teoria que lhe dê forma – como descreve Julia Kristeva no seu estudo sobre as epistemologias

[1] Dentre os vários trabalhos de Claude Lévi-Strauss, que marcaram o desenvolvimento da relação lingüística/antropologia, citamos: *Anthopologie structurale* (1958), *La pensée sauvage* (1962), *Le cru e le cuit* (1964) e *Du miel aux cendres* (1966).

da lingüística (1971) – vem servindo à análise de um variado campo de saber, criando o que ela chamou de discurso metacientífico.

Os estudos sobre sociologia que utilizam esse instrumental teórico são numerosos. O artigo de J. Sumpf, intitulado *Linguistique et sociologie* (1968), já na data em que foi publicado salientava a importância da relação entre lingüística e sociologia, relevando o fato de trazer à lingüística uma tentativa de rigor científico na análise do conteúdo. Diz ele textualmente que a verdade dos esquemas lingüísticos está na intenção sociológica que comanda o recurso à análise do conteúdo. O aparecimento da sociolingüística é um produto dessas tentativas de confronto entre as duas disciplinas.

As relações entre sociologia e lingüística são, pois, múltiplas, e os sociólogos vão em direção à lingüística ou a seus parentes mais próximos, tais com a análise de conteúdo. Os trabalhos de Isambert-Jamati,[2] voltados para a sociologia da educação, são, desse relacionamento, um exemplo seguro (1970).

A contribuição para o estudo da história vem-se avolumando, levando Régine Robin a dedicar um volume inteiro (225 p.) ao estudo dessa relação *(Histoire et linguistique,* 1973), escrevendo capítulos sobre temas como formação social, prática discursiva e ideologia, e analisando métodos de abordagem de textos históricos baseados, sobretudo, em análises de conteúdo. Na sua introdução, diz ela querer mostrar aos historiadores que a "leitura de um texto ou de um conjunto de textos coloca problemas tais como a produção de sentido, com os quais certas regiões da lingüística podem contribuir, com a condição de não serem colagem, aplicação não racional ou falsa interdisciplinaridade" (Robin, 1973, p. 7).

Entre as vantagens que encontra em utilizar o instrumental lingüístico para a análise histórica, ela salienta a de poder substituir ao dado do texto uma lógica do texto que permite desvelar a economia interna de uma ideologia. A palavra adquire uma outra força como indício de comportamento ideológico. O discurso, embora não seja redutível à ideologia (e vice-versa), é um componente das formações ideológicas, ou, explicando melhor: as formações ideológicas governam as formas discursivas (Robin, 1973, p. 103). Através, portanto, da análise dessas últimas, pode-se chegar às primeiras.

Assim, outro tipo de contribuição possível da lingüística se estabelece: a que leva em consideração as relações entre lingüística e ideologia, permitindo desvendar, através do discurso, as formações ideológicas. Considerando o discursivo como integrante do ideológico e como a sua própria materialidade, caberá à lingüística trabalhar sobre essa materialidade. Trata-se de desvendar, através da lingüística, os efeitos de sentido dos textos, sendo a língua, para isso, o "lugar material onde se realizam esses efeitos de sentido" (Pêcheux e Fuchs, 1975, p. 16).

[2] V. Isambert-Jamati, professora na Faculdade de Ciências da Educação Descartes, publicou na série Bibliothèque de Sociologie Contemporaine o seu livro *Crises de la société, crise de l'enseignement,* onde faz uma análise do conteúdo.

Outros exemplos de aplicação da lingüística como instrumental de apoio às ciências sociais poderiam ser trazidos aqui: o estudo de Violette Morin (1969) sobre a escrita da imprensa, no qual a autora busca encontrar numa massa de notícias desordenadas uma construção discursiva coerente, uma narrativa integrada e seqüencial onde a informação de um acontecimento aparece como alguma coisa a mais do que as informações que a constituem. Daí partir Violette Morin, no seu *L'ecriture de presse*, a utilizar os processos da análise do conteúdo.

Em nível de metodologia de pesquisa, inúmeros são os documentos que vêm procurando utilizar os princípios lingüísticos na análise de textos, como é o caso, por exemplo, de entrevistas não-diretivas (veja-se, para isso, o trabalho de Laurence Bardin (1977), de Régine Robin, já citada (1973), de Henri Raymond (1968) e dos americanos Charles Cannel e Robert Kahn (1968), para citar algumas fontes.

Diante dessas observações, acredito que o estudioso da ciência da administração não pode ignorar que essa ciência se faz através de discursos sucessivos marcados por várias ideologias e, conseqüentemente, através de posições nitidamente comprometidas. O discurso da administração se faz, como qualquer outro discurso científico da área humana, com significados explícitos ou latentes. A análise desses significados poderá trazer uma importante contribuição para melhor precisar os conceitos de adminstração, sobretudo porque esse discurso não é um discurso acabado, fechado, concluído. Ele estará permanentemente se construindo, fazendo-se nas suas coerências e nas suas contradições.

3. Considerações gerais sobre o discurso

A primeira exigência metodológica à proposta deste trabalho é a da própria conceituação de discurso. Tomarei como ponto de partida, para isso, os conceitos saussurianos de língua e fala (*langue* e *parole*), em que a língua aparece como um fato social em sua essência e independente do indivíduo, enquanto a fala (*parole*) é a parte individual da linguagem. Assim, para Saussure, o estudo da linguagem está dicotomizado no estudo da língua e no estudo da fala, sendo que esta é, em suma, a atualização da primeira, ou seja, a transformação daquilo que é coletivo e geral no particular e individual. A língua é prévia, existe independentemente do indivíduo e forma por si só um sistema. A fala é um ato individual de seleção e de atualização, ou seja, "as combinações pelas quais o sujeito falante utiliza o código da língua com vistas a exprimir seu pensamento pessoal" (Saussure, 1968, p. 31). Ora, é a partir dessa combinatória que surge na verdade o primeiro conceito de discurso. Seria discurso, pois – e é Roland Barthes (1964, p. 86-7) quem deduz – essa fala.

O conceito saussuriano de língua e fala apresentou a vantagem de nos permitir separar esses dois elementos constitutivos da linguagem e de nos conscientizar de que o discurso – como leu Barthes – é o resultado de uma combinatória onde a reiteração de signos revela o uso individual da língua. Isto posto, tenho de reconhecer igualmente que a posição de Saussure é a de opor *langue* (social) a *parole* (individual), concei-

to este que limita, pois, a fala e à produção do indivíduo que busca no social o acervo de elementos constitutivos da língua.

Hjelmslev (1966), sem modificar propriamente o conceito saussuriano de língua e fala, procura precisar alguns aspectos, entre os quais a idéia de *uso,* que é para ele um conjunto de hábitos de uma sociedade determinada. A idéia de discurso ganha, pois, com o lingüística dinamarquês, uma amplitude nova que inclui, dentro dele, a idéia do social.

O levantamento do problema suscitado por Hjelmslev, e discutido abundantemente pelos lingüistas posteriores, permitiu aos estudiosos do discurso encará-lo não só como resultado do social, mas também como o resultado do confronto entre o individual e o contextual. A construção saussuriana não leva em consideração esse confronto, ela só permite, como observa Pierre Bourdieu (1983, p.52), constituir as propriedades estruturais da mensagem enquanto tais, enquanto sistema, comportando um emissor e um receptor impessoais e intercambiáveis, sem levar em conta, entretanto, uma interação social estruturada.

Abrem-se assim novas possibilidades para a concepção do discurso, visto não mais como um ato individual nem puramente coletivo, mas como um ato resultante de uma situação de comunicação, um ato social definido pela relação que se estabelece entre um locutor e um receptor.[3]

Assim, o discurso não é mais produto de uma vontade pessoal, unidirecionada, mas pelo contrário, ele é o produto de uma relação em que as partes (emissor-receptor) atuam igualmente na produção resultante do ato do emissor. A grande contribuição da pragmática, como teoria do discurso, está justamente em ver o discurso como esse produto, relevando o seu aspecto utilitário.

Desse modo, o discurso se faz o lugar em que se situa a conjunção de esforços dialógicos entre um emissor e um receptor, sendo que ambos são responsáveis por cada produto dessa conjunção de esforços, ainda que aparentemente unilaterais. É ainda o lugar onde confluem as interferências contextuais, elevando o social ao nível do co-autor do produto emitido.

De que maneira tal concepção interfere na análise do discurso da administração? Na medida em que afirmei ser toda idéia administrativa produto de um longo discurso, complexo, multiforme e muitas vezes contraditório, a análise desse discurso obriga-me a situá-lo frente à relação emissor-receptor, dentro de um panorama contextual fortemente delineado. Isso leva a concluir que o responsável pelos sentidos desse discurso não é apenas o autor do discurso, ou seja, o emissor declarado da mensagem, mas também o possível receptor que, juntamente com o contexto, interfere na mensagem. O discurso administrativo – qualquer seja a forma dos discursos específicos

[3] François Récanati, apoiando-se em Austin, diz que um locutor, enunciando seriamente uma frase na situação de comunicação, realiza um certo tipo de ato social, definido pela relação que se estabelece entre o locutor e o ouvinnte (Récanati, 1979a, p. 10).

que já citamos – será esse lugar específico onde se cruzam "autores" variados que vão interferir na veracidade ou não dos conceitos emitidos pelo emissor declarado. As omissões, propositadas ou não, desse autor, estarão fortemente relacionadas com os outros atuantes da elaboração do discurso, levando a crer que são co-responsáveis não só pelo expresso no discurso, mas também pelo não dito. A reconstituição do não dito exige, portanto, uma análise do discurso como esse eixo complexo de autorias. rias.

Por essa razão, a análise desse discurso será fortemente marcada pela idéia de "actantes" no sentido greimassiano da palavra, como *atores* e *participantes* e um processo de comunicação.[4] Definir os "actantes" – ou os atuantes de um processo de comunicação – é permitir que aflore do texto, dentro de sua pluralidade de sentido, aquele que, muitas vezes, foi omitido ou mascarado.

O discurso administrativo, como todo outro discurso, não escapa a esse pressuposto. Desvendar o seu sentido é ir além de sua transparência e retirar dele o que é opaco. Por essa razão, o questionamento sobre o discurso leva à criação de uma semântica que se refira não mais apenas à frase, mas que se ocupe do discurso.

4. A organização da comunicação e a formação do sentido

A análise do discurso requer algumas ponderações outras que permitam caracterizar a sua estrutura. Como todo discurso é fonte de diálogo, os elementos componentes desse diálogo formam os pontos de apoio ou de elaboração do próprio discurso. À primeira vista, pode-se acreditar que cabia ao sujeito falante toda a responsabilidade do discurso, e, a ele apenas, a produção do sentido. Mas o discurso existe em função da comunicação, e a distribuição de autorias não é tão simples quanto pode parecer.

A lingüística saussuriana já havia outorgado à comunicação um lugar essencial entre as funções da língua, estabelecendo a relação entre o sujeito falante, que emite uma determinada frase, e o ouvinte, aquele que recebe essa mensagem emitida e a decodificada, construindo assim o circuito entre os dois pólos: o emissor e o receptor. Nesses termos, "considerar a comunicação como a função lingüística fundamental é admitir que a fala, por vocação natural, é fala para alguém mais" (Ducrot, 1972, p. 1). Isto significa que a comunicação é essencialmente um ato de informação, voltada para a transmissão da informação. Esta concepção implica considerar a relação entre o emissor e o receptor como uma relação univetorial, em que a responsabilidade do sentido cabe apenas ao emissor; ao receptor ou destinatário cabe apenas decodificar a mensagem. Entretanto, e apesar disso, essa afirmação deixa concluir que o destinatário, como afirma Ducrot, tecendo comentários sobre a lingüística pós-saussuriana, é o personagem principal do ato da fala, e a fala, o lugar natural de encontro de indivíduos.

[4] Por actantes entendam-se os elementos que *atuam* dentro de um discurso como forças constitutivas desse discurso, seja sob a forma de pessoas, seja sob a forma de mecanismos, de situações ou objetivos.

Ainda que essas observações possam ser incompletas, depreende-se, de pronto, que o ato da fala implica no envolvimento de pelo menos dois personagens – dois *actantes*, utilizando a nomenclatura de Greimas (1966). Na verdade, esses *actantes* podem não ser dois, o que importa dizer que a relação de comunicação não é necessariamente binária. É o caso, por exemplo, em que o "ouvinte" de um discurso não é aquele a quem o discurso é dirigido, o alocutor. Nesse caso, a comunicação já implica a constituição de três actantes: o que fala, o que ouve e aquele a quem o discurso é dirigido; sobre esse personagem alocutor, eu diria que é o verdadeiro destinatário. O ouvinte pode parecer esse destinatário, já que o discurso se dirige aparentemente a ele, mas de fato a *destinaridade* não lhe é obrigatoriamente atribuída.

De qualquer modo, a relação pressupõe uma intencionalidade qualquer, declarada ou mascarada por parte do emissor, de dirigir a um destinatário (segunda ou terceira pessoa) o seu discurso. O fato é que a comunicação só se dá normalmente quando o receptor reconhece a intenção do emissor de lhe comunicar alguma coisa, quando a intenção desse emissor é aberta.[5] Contudo, quando essa intenção é mascarada, cabe ao ouvinte entender que a mensagem é destinada a outro ou a esse outro receber os efeitos da comunicação. Assim, a intenção do locutor ou do emissor é, segundo Récanati (1979b), o que Austin chama de força ilocucionária.

Em minha tese de doutorado dediquei-me à análise de entrevistas sobre a participação com representantes de vários níveis administrativos oficiais da educação. Para efetivar essas entrevistas, solicitei a um estudante que as fizesse por mim, com plena consciência desse fato por parte do entrevistado. Este último, conhecedor do destino do seu texto, dirigia-se ao ouvinte (o entrevistador) com a intenção de responder a mim (fonte da pergunta). Em certas situações, a resposta não era nem a mim, mas a um destinatário virtual, que será o possível leitor da tese. Tudo isso deixaria de ter importância se, pela própria intencionalidade do locutor, o sentido do que estava sendo dito não sofresse transformações.[6]

[5] O artigo de François Récanati, intitulado *Insinuation et sous-entendu*, analisa o problema da intencionalidade de maneira bastante clara. Diz ele que a comunicação discursiva é tal que não se pode dissociar o que é comunicado do fato que isso seja comunicado intencionalmente, porque é comunicando o fato – que se lhe comunica intencionalmente – que se chega a comunicar alguma coisa ao destinatário (1979, b, p. 95).

[6] Em relação a esse tipo de fenômeno, Perelman e Olbrechts-Tyteca procuram definir não o locutor, aquele que faz uso da palavra, mas o próprio auditório: "Comment définir pareil auditoire? Est-ce la personne que l'orateur interpelle nommement? Pas toujours: le député qui, au parlement anglais, doit s'adresser au président, peut chercher à convaincre, non seulement ceux qui l'écoutent, mais encore l'opinion publique de son pays. Est-ce l'ensemble des personnes que l'orateur voit devant lui quand il prend la parole? Pas nécessairement. Il peut parfaitement en négliger une partie: un chef de gouvernement, dans un discours au parlement, peut renoncer d'avance à convaincre les membres de l'oppsition et se contenter de l'adhésion de su majorité. Par ailleurs, celui qui accorde une interview à un journaliste considère que son auditoire est constitué par les lecteurs du journal plutôt que par la personne qui se trouve devant lui. Le secret des delibérations, en modifiant l'idée que l'orateur se fait de son auditoire, peut transformer les termes de son discours" (1970, p. 24, 25).

A destinaridade do discurso é, portanto, o ponto chave para a compreensão desse discurso. "É em função de um auditório que se desenvolve toda argumentação", dizem Perelman e Olbrechts-Tyteca no seu *Traité de l'argumentation* (1970, p. 7) e, mais adiante, acrescentam:

Ce que nous conservons de la rhétorique traditionnelle, c'est l'idée même *d'auditoire* (grifo no texto), qui est immediatement evoquée, dès que l'on pense à un discours. Tout discours s'adresse à un auditoire et on oublie trop souvent qu'il en est de même de tout écrit. Tandis que le discours est conçu en fonction même de l'auditoire, l'absence matérielle des lecteurs peut faire croire à l'écrivain qu'il est le seul au monde bien qu'en fait son texte soit toujours conditionné, conscienmment ou inconscienmment, par ceux auquels il prétend s'adresser (id. p. 8, 9).

Não só, portanto, a destinaridade é o ponto chave do discurso como, para Perelman e Olbrechts-Tyteca, e ela que dará o sentido ao texto, já que este estará condicionado, consciente ou inconscientemente, pelo receptor. Assim, o locutor é obrigado, se ele quer tornar efetivo o seu discurso, a se adaptar ao seu auditório, mudando o seu discurso ou a sua argumentação se quer agir efetivamente sobre os espíritos (id. p. 9, 10).

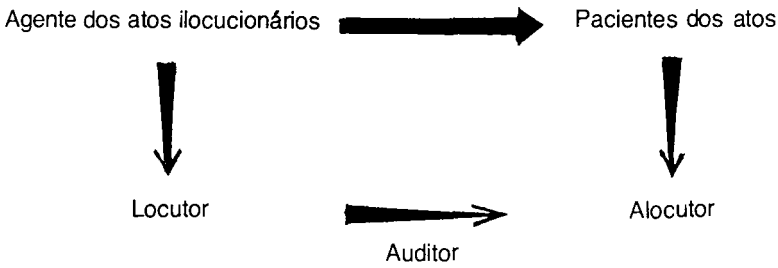
A organização da comunicação, portanto, não se faz tão linear como se apresenta em Saussure e em outros lingüistas.[7] O esquema emissor-receptor, em que a mensagem parte sempre do emissor, é substituído por outro, mais complexo, em que o receptor é peça fundamental da mensagem emitida pelo locutor. Além disso, o próprio emissor poderá não estar falando apenas por si, mas por outros agentes dos atos ilocucionários.

Essa imbricada organização dos componentes da comunicação dá ao discurso um outro possível sentido que não aquele aparente, traduzido do esquema simples emissor-receptor. Para detectar o *sentido* de um discurso, será preciso, evidentemente, levar em conta a complexidade desses *actantes* do discurso. Nesse sentido, Ducrot (1980, *b* p. 43-4) afirma ser preciso distinguir o autor da fala (locutor) dos agentes dos atos ilocucionários (enunciadores) e, ao mesmo tempo, de maneira correlata, o ser a quem as palavras são ditas (alocutor) e aqueles que são pacientes dos atos (destinatários). Ducrot desdobra assim a idéia de que o "ouvinte" *(auditeur)*, ou seja, aquele que assiste e percebe uma enunciação, não é o mesmo que o alocutor *(allocuteur)*, que é aquele a quem a enunciação é dirigida e é, finalmente, o verdadeiro paciente

[7] Roman Jakobson ainda diz: "*Un message émis par le destinateur doit être perçu adéquatement par le receveur. Tout message est codé par son émetteur et demande à être decodé par son destinataire*" (1963, p. 176).

[8] François Récanati define, citando Austin, o ato locucionário, o ato de dizer alguma coisa e o fato ilocucionário, aquele que se realiza *(qu'on accomplit)* necessariamente quando se diz alguma coisa (1980, p. 190).

dos atos (verdadeiros destinatários). O seguinte esquema, elaborado por mim sobre o texto de Ducrot, se dá conta dessa complexidade.



Ducrot conclui pela necessidade conseqüente de ouvir e exprimir-se no próprio discurso, quando se analisa um enunciado, uma pluralidade de vozes, diferentes da do locutor, em verdadeira polifonia. É devido, pois, a essa polifonia subjacente a todo discurso que os sentidos elaborados tomam formas distintas. Esses elementos básicos da comunicação formam a teia dos sentidos. A definição desses agentes ou desses elementos não esgota, todavia, a gama de interferências que condicionam o sentido de um texto. Um outro elemento vai atuar como verdadeiro propulsor de sentido: a posse comum, entre os personagens engajados na elaboração do discurso, dos saberes ou das crenças que ocupam um espaço anterior ao próprio discurso. Tais saberes ou crenças anteriores à elaboração do discurso agem igualmente como elementos catalisadores de sentido e derivam do seu contexto, com também o locutor e o destinatário da mensagem. Michel Meyer (1981 *a*, p. 81) define a composição desse contexto nele incluindo um locutor que escreve ou fala; um destinatário; saberes e crenças, e, mais particularmente também, saberes de saberes e crenças de crenças. Assim, Meyer acrescenta às relações anteriores dos elementos do discurso um saber prévio que se organiza e em função do qual se estabelece o próprio sentido do discurso. A destinaridade conta fortemente, já que o discurso de um emissor se constrói a partir do saber ou do saber de saber tanto desse emissor quanto do receptor. Meyer diz (1981*a*, p. 81):

"Tout discours est prononcé ou écrit par quelqu'un pour un auditoire, d'une ou de plusieurs personnes, connue(s) ou anonyme(s). Cela implique un locuteur et un destinataire/interlocuteur(s)/lecteur(s)/auditeur(s), des croyances et des savoirs, et des croyances à propos de ce que l'autre croit ou sait. Ces savoirs et savoirs de savoirs opèrent à titre de présupposés."

Diante dessas ponderações, onde situar o sentido do discurso? A primeira conseqüência da análise feita sobre os elementos do discurso é de que as palavras têm o

sentido que lhes é dado pelas posições que ocupam aqueles que as empregam, ou seja, o sentido não é uma entidade abstrata, derivada não só da palavra, mas do contexto que inclui um saber ou um saber de saber. O sentido é, como foi dito por Michel Meyer, um lugar dialético (1982, p. 134) e, portanto, plural. E ser plural significa ser vago e impreciso, já que carregado de implícitos e subjacências.

Essa complexidade do ato de palavra é que me leva a crer que o discurso da administração tenha de ser analisado não simplesmente pelo que tem de explícito, como também pelo que tem de implícito. Esse discurso cria o seu sentido na vasta rede de elementos que o compõem. Não só vai interessar a essa análise conhecer o sujeito falante, quer dizer, o emissor do discurso, o locutor, como também o receptor, direto e imediato, ou indireto, onde o emissor assentou a destinaridade de seu discurso. Importará saber, inclusive, o mundo subjacente a esse discurso, a complicada história dos saberes e os reconhecimentos desses saberes (e crenças) por parte tanto do emissor quanto do receptor, até chegar a detectar as intenções do discurso.

O discurso da administração, como todo e qualquer discurso, não é gratuito. Ele existe em função de uma ação conseqüente, ilocutória, produtora de efeitos e como tal deve ser visto. A palavra é um ato, e falar implica agir,[9] e, conseqüentemente, escolher. Greimas já afirmava isso na sua *Sémantique structurale* (1966, p. 37), quando dizia que, pelo fato de ser a comunicação um ato, ela é, sobretudo, uma escolha. E sobretudo é um ato sobre o outro, como um "instrumento de ação sobre os espíritos, um meio de persuasão" (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1970*a*, p. 177). Esse discurso, portanto, nem é livre nem é gratuito.

Em verdade, a idéia de falar como um ato isolado e independente, ou seja, falar por falar, perde sentido. Fala-se porque existe uma utilidade no ato da fala, utilidade que pode ser em proveito de um dos elementos atuantes na construção do discurso.

A noção de que o discurso é, antes de tudo, ação, produzido com objetivos utilitários, servindo aos elementos constitutivos do processo de comunicação, permitiu a elaboração de teorias de análise do discurso, como a Pragmática. Muitos dos autores citados neste trabalho (Ducrot, Récanati, Meyer, Henry, Pêcheux, Haroche, Hintikka e outros) têm voltado suas pesquisas para a Pragmática, definida por Récanati (1979*a*, p. 10) como o "estudo sistemático da relação signo-utilizador".

Os princípios estabelecidos até poderão fundamentar a leitura do discurso da administração no seu aspecto utilitário. Como instrumento de comunicação intersubjetiva, ele é um discurso-ação atuando sobre o outro, persuadindo e convencendo (ou não) o

[9] Michel Meyer, baseado em Austin, diferencia o locutório (que descreve) do ilocutório (que se refere ao ato) e o aspecto que chama de perlocutório (que remete aos efeitos produzidos pelo ato que é o ato da linguagem sobre aquele a quem se destina.)

outro de forma clara ou falaciosa. O discurso da administração, já foi dito aqui, não poupa argumentos para legitimar o poder que ele mesmo constrói. Voltar os olhos ao aspecto utilitário desse discurso é criar condições para desvendar os interesses do discurso e (re)conhecer o seu verdadeiro sentido.

5. A produção de sentido: a condição de produção

Não pretendo aqui fazer retomar a discussão sobre o sentido, nem tampouco revelar os dados polêmicos que vêm sendo levados até hoje pelos estudiosos. Cabe-me simplesmente definir de que modo a conceituação de sentido interfere na análise que propomos seja feita sobre o discurso da administração.

Em momentos anteriores, já deixei evidente alguns fatores que colaboram no intrincado jogo da elaboração dos sentidos: 1. A relação entre língua e fala e a concepção de discurso como lugar dialético da comunicação; 2. Os elementos atuantes nesse discurso e, portanto, o seu caráter destinatário; 3. Os saberes e crenças e todas as modalidades de saberes e crenças que interferem no discurso, criando-lhe bases para a elaboração do sentido; 4. O caráter utilitário desse discurso; 5. Os aspectos explícitos e implícitos que elaboram a trama (trança) do discurso.

Assim, o conceito de *sentido* do discurso não é, em absoluto, linear ou estático. Tampouco é um conceito isolado do que o envolve ou do que o produz. Michel Meyer, citando Wittgenstein, disse que o sentido é aquilo que responde à questão do sentido (1982, p. 128). A tautologia da definição não é gratuita. Em verdade, o sentido só se efetiva quando se sabe de que se está tratando. Além disso, não há, como já foi visto também, singularidade de sentido, quer dizer, o sentido, concebido como um lugar dialético, é plural e só se pode defini-lo quando se estabelece a relação entre os vários componentes da comunicação e se identificam as respostas a algumas questões: quem, para quem, por quem, etc.

Há, entretanto, níveis de responsabilidade do dizer que afloram na constituição do discurso, não uma responsabilidade em si, mas diante do outro. Essa responsabilidade marca a atividade lingüística, de um lado pela sua subjetividade: como posso dizer alguma coisa sem ser responsável por tê-la dito; e, por outro lado, pela sua intersubjetividade: como posso dizer alguma coisa a alguém sem conhecer o que posso dizer a esse alguém? De certo modo, a responsabilidade atinge também o outro.

Por essas razões, Ducrot chama de atividade lingüística o "conjunto de processos fisiológicos e psicológicos que tornam possível a produção da fala (*parole*), num determinado indivíduo, em um ponto particular do espaço e do tempo" (1980, *a* p. 29).[10]

[10] A obra de Oswald Ducrot trouxe, para este trabalho, uma contribuição fundamental, embora não tenha sido minha intenção esgotar a pesquisa em cima de seus escritos. Examinei alguns dos seus livros importantes, desde a sua colaboração com o volume *Qu'est-ce que le structuralisme* (1968). Fundamental foi a leitura de dois livros: *Dire et ne pas dire* (de onde o título de minha tese – 1972) e *Les mots du discours* (1980, p. 72), além de três artigos escolhidos entre os vários que publicou, que são: *Analyses pragmatiques*, (1980a), e *Les lois du discours* (1979). O terceiro artigo, de co-autoria com Anscombre, intitula-se *Interrogation et argumentation* (1981).

Considera igualmente Ducrot que fazem parte desse ponto particular do espaço e do tempo o que Austin chamou de *atos locucionários,* ou seja, aqueles que produzem a fala, considerada como seu resultado, e os atos *perlocucionários,* aqueles que a motivam...

De certa forma, esses atos estão assentados no que se pode chamar de condição de produção, a condição em que o sentido foi ou está sendo produzido. Efetivamente, cabe à análise do discurso estabelecer a relação entre o discurso e sua condição de produção, ou cabe definir "as ligações que existem entre o exterior e o discurso, entre as relações de força e as relações de sentido, entre condições de produção e processo de produção" (Laurence Bardin, 1977, p. 221).[11] Esses dois tipos de reação funcionam como elementos transformadores do discurso do emissor e, paradoxalmente, funcionam como transformadores do próprio emissor, mas também como transformadores do receptor. Dentro dessas perspectivas, uma análise do discurso deve levar em consideração as condições de produção do discurso, já que terão conseqüências bastante importantes na definição do sentido ou dos sentidos do próprio discurso. Refiro-me à questão do sentido naquilo que considero importante para este trabalho: na medida em que as condições de produção determinam o texto, são elas igualmente responsáveis pela produção do sentido ou dos sentidos do discurso.

6. O explícito e o implícito no discurso. O dito e o não dito

A análise das condições de produção do discurso permite o desvelar de estruturas implícitas não aparentes, mas de força discursiva tão grande quanto o explícito. Impõe-se então saber o que vem a ser o implícito. H. Paul Grice, em artigo intitulado *Logique et conversation* (1979, p. 59), narra a seguinte situação: suponhamos que *A* e *B* falam de um amigo comum *C,* que trabalha num banco. *A* pergunta a *B* como vai o trabalho de *C,* e *B* responde: "Vai indo, acho eu, ele se dá bem com os colegas e ainda não o prenderam". *A* poderia, diante disso, perguntar o que *B* insinuava, deixava crer ou mesmo queria dizer quando declarava que ainda não o tinham prendido. Muitas respostas, continua a contar Grice, seriam possíveis, como por exemplo que *C* é justamente a pessoa do tipo que cede à tentação oferecida por aquele trabalho, ou que os colegas de *C* são pessoas muito desagradáveis e pérfidas, etc., etc. Talvez até não houvesse necessidade de *A* perguntar a *B,* e a resposta poderia estar evidente no contexto. De todas as formas, o que parece claro, ainda afirma Grice, é que o que *B* insinuava, deixava crer ou queria dizer, etc., nesse exemplo, é de qualquer maneira diferente do que *B* disse, ou seja, que ainda não prenderam *C.*

[11] Encontram-se em todos os estudiosos do discurso, referências e estudos sobre a condição de produção: Haroche, Pêcheux, Fuchs, Henry, Regine Robin. Laurence Bardin dedicou em seu estudo sobre análise do conteúdo um importante espaço às definições de processo de produção e condição de produção. Diz ela, buscando definir um e outro, estabelecendo a tarefa do analista do discurso: *détermine la structure du processus de production qui correspond à ces conditions de production, c'est à dire, l'ensemble des domaines sémantiques mis en jeu dans ce discours aussi que les relations de dépendance existant entre ces domaines".* (1977, p. 22). E define o processo de produção assim: "l'ensemble des mécanismes formels qui produisent un discours du type donné, dans des circonstances données ou *conditions de production* (grifo no original)" (id. ibid.).

A primeira observação sobre o exemplo de Grice seria a de que o dito, isto é, a "relação estreita entre o que é dito e o sentido convencional das palavras (da frase) pro-nunciadas" (Grice, 1979, p. 59), não é suficiente para estabelecer o sentido da frase construída. E que esse sentido só se locupleta quando se examina o que de *implícito* ela carrega. O próprio sentido convencional das palavras pode permitir que se determine também o implícito, além do que é explícito.

Esse conceito de implícito leva Grice a admitir que o sentido de um enunciado só atinge a sua plenitude quando o que há de implícito aflora e modifica ou completa o explícito. E que, paralelamente, o implícito emerge quando há esforço de cooperação por partes dos implicados na comunicação. Ou seja, "quando há um objetivo comum, ou um conjunto de objetivos, ou, pelo menos, uma direção aceita por todos", o que Grice chamava de *"cooperative principle"* (id. p. 60-1).

O exemplo de Grice coloca a responsabilidade do implícito apenas na intenção do locutor: a frase seria apenas um instrumento para comunicar essa intenção. Ela é, no dizer de Meyer (1982, p. 112), o "véu material". A essa observação Meyer acrescenta que se pode imaginar uma frase que diga alguma coisa que o locutor não quis dizer, mas que disse apesar de tudo. Comenta Meyer:

La psychanalyse repose sur la distorsion possible et fréquente entre le dire et le sens *objectifs,* propres à la phrase, et ce que le sujet en pense, son *vouloir dire* si l'on veut. Les intentions se trahissent dans l'inadéquation aux dires qui les traduisent. (Os grifos são do original.)

É, pois, sob a forma do implícito que um outro texto, subjacente ou subentendido, vai-se tecendo, consciente ou inconscientemente, pelo locutor. Mas, também pela cooperação do auditor, seja no sentido de corroborar com o discurso do locutor, seja no sentido de desmascarar o que esconde tal discurso. Assim, a análise do discurso volta-se para descobrir, por detrás de um travestimento que é o texto explícito, um outro texto latente, elaborado por um processo de ocultação consciente ou não, e que se apresenta sob várias formas de subentendidos. Outro tipo de implícito se apresenta, além disso, fora do discursivo, e toma a forma de pressuposição[12] por ser anterior ao discurso. É o fenômeno da pressuposição que torna possível dizer alguma coisa como se essa coisa não precisasse ser dita, e que elabora igualmente o sentido do discurso. O discurso situa o seu mundo do sentido, não apenas no explícito mas, talvez,

[12] Régine Robin, trabalhando sobre os mesmos textos de Ducrot citados aqui, afirma que, em substância, Ducrot diz que o pressuposto é uma representação solicitada pelo auditor para que o enunciado se integre a uma comunicação normal. Isso implica o conjunto de condições que devem ser preenchidas para que um enunciado seja lingüisticamente normal e que a comunicação possa se estabelecer. E continua dizendo, citando Ducrot: "Il se présente comme *une evidence* (grifo no original), comme un cadre incontestable ou la conservation doit nécessairement s'inscrire, comme un élément de l'univers du discours. En introduisant une idée sous forme de présupposé, je fais comme si mon interlocuteur et moi-même nous ne pouvons faire autrement que de l'accepter. Si le posé est ce que j'affirme en tant que locuteur, si le sous-entendu est ce que je laisse conclure à mon auditeur, le présupposé est ce que je présente comme commun aux deux personnages du dialogue, comme l'objet d'une *complite fondamentale* qui lie entre eux les participants de l'acte de communication" (Robin, 1973, p. 27), o texto de Ducrot citado é Présuposés et sous-entendus *Langue Française,* nº 4, février 1969).

sobretudo, no que está implícito, opondo ao manifesto o latente. Esse latente, ou implícito, ora aparece como resultado de uma ação propositada do locutor ou autor, pela construção de pistas intencionais, ora só surge com uma espécie de sagacidade do leitor-receptor que se precavê contra a astúcia ou a imprevidência do emissor. Nesse segundo caso, cabe ao leitor perscrutar o que se forma atrás das palavras, ou seja: desvendar o implícito, tome ele a forma de implicitação involuntária ou a forma de manobras estilísticas ou de retórica conotativa, ou, fora do discurso, de pressuposição. O importante é que todo discurso, dentro ou fora dele, transita com o não dito de forma tão estreita que o seu sentido só se configura com a definição desse não dito.

Uma análise do discurso da administração deverá caminhar por aí: trabalhar sobre o implícito e chegar ao não dito para melhor conceituar e compreender os fenômenos administrativos. Para isso, deve utilizar algumas teorias que se preocupam com esses aspectos, tais como a pragmática, a teoria da argumentação e a teoria da interrogação e do questionamento, naquilo que elas comportam de fundamentos para a compreensão do discurso.

7. A contribuição da pragmática, da teoria da argumentação e da teoria da interrogação e do questionamento

Em texto traduzido para o português, Pierre Bourdieu, comentando Luís Prieto, afirma que o sentido de um elemento lingüístico depende tanto de fatores extralingüísticos quanto de fatores lingüísticos, isto é, do *contexto* e da *situação* na qual ele é empregado (Bourdieu, 1983, p. 53). Isso significa que a produção do sentido de um discurso não depende apenas do sujeito falente, mas sobretudo da situação, ou seja, das condições de produção que mencionei acima e que constituem o "meio ambiente material e institucional" e que traduziriam "a situação vividas pelo sujeito" (Pêcheux e Fuchs, 1975, p. 15). Assim, o contexto, concretizado como as condições sócio-históricas de um texto, é constitutivo da própria significação: "le lien qui relie les significations d'un texte aux conditions socio-historiques de ce texte n'est nullement secondaire, mais constitutif des significations elles-mênes" (Haroche, Henry e Pêcheux, 1971, p. 98).

É, pois, o contexto que nos permitirá detectar os implícitos, ou seja, os conhecimentos táticos que não têm necessidade de explicação. A elaboração de uma frase, a sua enunciação, obriga a uma referência de um estado de coisa da qual se está falando, não sendo preciso, contudo, que esse estado de coisa esteja presente ou simbolizado na própria frase; sua decodificação deverá levar em conta esse estado de coisas que identifica o contexto. O seu decodificador deverá igualmente levar em consideração não apenas a frase que ouve ou lê, mas também o contexto da enunciação.

Tal é a proposta da Pragmática: estudar a frase e o discurso a partir do seu caráter utilitário, ou seja, revelar o sentido pragmático dessa frase ou desse discurso, em função de sua utilização, pelo locutor, em um determinado contexto. A pragmática afirma, ao trabalhar o caráter utilitário do discurso, que as características desse dis-

curso são determinadas a partir das características do mundo ou do homem, e que o discurso, assume, nesse mundo, "um papel parasitário" (Parret, 1980, p. 293). O que se torna importante, no dizer de Parret, é que não é propriamente o contexto o objeto primário da reconstrução pragmática, mas a relação do contexto com o fragmento discursivo.

Outra teoria importante para a análise do discurso é a *teoria da argumentação.* Na medida em que a destinaridade é a característica fundamental do discurso, este se organiza como um processo intencional não só de comunicação com o outro, mas de ação sobre o outro. Ou seja, a característica discursiva resultante dessa primeira, que é a destinaridade, é a sua proposta argumentativa. Por isso, para Ducrot, a argumentação é o ato lingüístico fundamental e o ato sobre o qual repousam os princípios da análise pragmática (Ducrot, 1980*a*, p. 11). Da mesma forma que a pragmática leva em consideração o outro e o contexto (seu e do outro), a argumentação fundamenta o discurso em relação ao outro com objetivo de modificar esse outro, seja de forma evidente, expressa, seja de forma latente, através de intenções não confessadas. Importa saber não apenas o que o locutor diz, mas também o que ele pretende, que se apresenta muitas vezes sob a forma do não dito. Trata-se de, através da argumentação, distinguir e separar aquilo que o locutor apresenta como propostas visadas por ele daquelas a que ele realmente visa de forma escondida.

O objetivo do discurso, na verdade, é não só passar uma informação, mas o de provocar a adesão do auditor ao que levanta o locutor. É o que Perelman chama de obter a adesão dos espíritos.[13] O discurso, como já disse, é fonte de diálogo e, por isso, tende a desenvolver um procedimento dialógico, cuja missão é a de persuadir. Assim, criam-se meios discursivos de se obter a adesão dos espíritos, meios esses que utilizam a linguagem para persuadir e para convencer.

Nesse sentido, o orador (locutor/emissor) fica obrigado, se ele quer agir sobre o outro, a se adaptar ao seu auditório, seja ele presente, seja ele ausente, como no caso do texto escrito. Na verdade, mudando de auditório, o discurso muda. Se o objetivo da argumentação é o de agir eficazmente sobre os espíritos, para julgar de seu valor, não se pode, ainda no dizer de Perelman,[14] deixar de levar em consideração a qualidade dos espíritos que ela acaba por convencer.

[13] Perelman retoma, assim, o conceito aristotélico de retórica que a considera como a faculdade de ver teoricamente o que pode ser capaz de gerar a persuasão. Ela é capaz de, segundo Aristóteles, descobrir o que é próprio para persuadir (Aristóteles, s.d. p. 34).

[14] Os escritos de A. Perelman são fundamentais ao estudo da argumentação, como teoria. Juntamente com Olbrechts-Tyteca ele escreveu a obra básica do assunto intitulado *Traité de l'argumentation - La nouvelle rhétorique* (1970). Ambos os trabalhos são literatura indispensável à compreensão do assunto. Outros estudos igualmente importantes são os Anscombre e Ducrot (1981); os trabalhos de Ducrot, já citados, os trabalhos de Grice (1979), Hintikka (1981), Michel Meyer (1981, 1982), os também citados trabalhos de Récanati, o estudo de Régine Robin (1971, 1973).

O grande passo da teoria da argumentação é o de romper com uma tradição cartesiana da análise do discurso baseada numa concepção da razão e do raciocínio e que, sem dúvida, marca o pensamento ocidental desde o *Discours de la Méthode,* de 1637. Perelman deixa claro que é a idéia de evidência, como caracterizando a razão, que é preciso recusar, se se quer dar lugar a uma teoria da argumentação. É em função de um auditório que se desenvolve toda uma argumentação.

Daí também a distinção entre argumentação e demonstração formal: nesta, os signos utilizados são desprovidos de ambigüidade, enquanto naquela a ambigüidade não é excluída. A finalidade da argumentação, diz ainda Perelman (1977, p. 23) não é de deduzir as conseqüências de certas premissas, mas de provocar ou aumentar a adesão de um auditório às teses que se apresentam ao seu consentimento; não se desenvolve no vazio, ela pressupõe um contato entre o orador e seu auditório: é preciso que um discurso seja ouvido, que um livro seja lido, pois sem isso sua ação seria nula.

Assim, a argumentação, ou a dimensão argumentativa, seria, no dizer de Michel Meyer, essencial à linguagem, já que todo discurso busca persuadir aquele a quem se dirige. Afirma Meyer: "a argumentação funciona como a exigência de uma conclusão, eventualmente de uma certa decisão a ser tomada (levar a fazer), em relação a um problema levantado no contexto de sua ocorrência, contexto esse que fornece aos protagonistas os recursos informativos necessários à interferência da resposta-conclusão" (Meyer, 1982, p. 136).

O discurso argumentativo, por suas características de instrumento de persuação (Laurence Bardin chamaria de sedução (1977, p. 215), trabalharia, acima de tudo, sobre o latente, sobre o não dito. Ainda é Laurence Bardin que faz essa relação: "a persuasão – diz ela – é, muitas vezes, sedução; ora, na maioria das vezes, seduz mais pelo latente, pelo evocado, pelo subentendido do que pelo manifesto".

Essas rápidas considerações sobre a argumentação levam a concluir que o uso da linguagem atende à necessidade de resolução de problemas que são colocados sob a forma de questionamento ou de interrogação.[15] Se considerarmos que a argumentação pode ser vista sob o aspecto do questionamento, poderíamos dizer, com Meyer, que há duas maneiras de enfrentar um problema com a ajuda da linguagem: ou o ex-

[15] Os estudos sobre interrogação e questionamento vêm completando as propostas da teoria da argumentação. Na verdade, esses estudos são derivados dessa teoria maior e decorrem da necessidade de explicitar as formas que tomam a argumentação. Os trabalhos de Michel Meyer são básicos: o artigo La conception problèmatologique du langage (1981*a*), a apresentação que faz ao volume especial da revista *Langue française* sobre a interrogação (1981*b)* e o seu livro *Logique, langage et argumentation* (1982). Importantes são também alguns outros trabalhos citados na nossa bibliografia: Anscombre e Ducrot (1981), Apostel (1981); ainda aqui Ducrot, com seus trabalhos já citados, Hintikka (1981); Récanati (1979*a*, 1979*b*).

primimos porque a resolução do problema depende de outro, ou tentamos dar a sua solução ao outro que também se interessa pela questão ou que passamos a interessar.

Assim, Michel Meyer, considerando que a unidade fundamental da linguagem é o par "questão-resposta", afirma que o uso da linguagem está sempre situado em função dele. Daí tirar algumas conseqüências importantes: a primeira é a de que todo uso da linguagem é resposta a um certo problema; a segunda, a de que, levando em consideração que o objetivo de uma resolução é apresentar uma resposta, o problema que deu lugar àquela resposta não mais se coloca, uma vez que esta resposta foi proposta. O objetivo da linguagem não é, na verdade, dizer o problema, mas dizer a solução, o que permite estabelecer um paralelo entre a oposição solução/problema e a oposição explícito/implícito. A terceira conseqüência: responder pela linguagem é fazer apelo ao explícito, ou seja, dar-lhe uma determinada forma:

"La forme est-ce par quoi la différence problèmes-solutions se marque, en tant que langage, elle établit una barrière entre eux selon la ligne de démarcation de l'implicite (informe) et de l'explicite (formé) (Meyer, 1982, p. 123).

E, finalmente, a quarta conseqüência é a de que o fato de exprimir uma resposta a um problema leva à sua resolução parcial.

A teoria da interrogação e do questionamento conduz a uma posição de descoberta do sentido de um discurso: o sentido de um discurso, retomo o assunto, ou de um enunciado ou de uma frase, em suma, de um texto, aparece na medida em que se define a questão da qual ele se origina. O sentido emerge (para citar ainda Meyer) da interação entre duas questões, ele emerge como determinando a resposta como resposta, ou seja, em sua referência à questão de que ela se trata. E pode-se desenvolver uma resposta com referência à sua questão no enunciado, a saber, o sentido dos termos.

A teoria retoma, pois, a idéia de pressuposto: todo texto pressupõe uma pergunta ou uma questão que lhe dará sentido, sendo que essa questão ou interrogação, como o próprio texto, é uma ação. "Se uma interrogação é uma ação, interrogar implica um esforço com vista a modificar alguma coisa" (Apostel, 1981, p. 24). A descrição das interrogações e das questões de um texto, a sua descoberta através do não dito, levam a revelar o sentido de argumentação, já que ela possui, em um nível intrínseco, um valor argumentativo (ver Anscombre e Ducrot, 1981). Assim, a interrogação, aparente ou pressuposta, obriga o destinatário de um discurso a tomá-lo como um processo do qual não pode fugir e do qual é obrigado a responder, entrando na cadeia pergunta-resposta-pergunta e assumindo o discurso do outro ou como seu, ou provocador do seu: a resposta não é a resposta, na medida em que ela continua a fazer a pergunta (Meyer, 1982, p. 126).

As considerações desse item tiveram por objetivo levantar alguns conceitos básicos do discurso para a análise que se pode fazer do discurso da administração. A contribuição da paragmática, ao denunciar a não gratuidade do discurso, e o seu caráter não-inocente, poderá conduzir essa análise a atentar para o fato de que o não dito é também utilitário. Por outro lado, a contribuição das teorias da argumentação e da interrogação é a de retomar algumas formas de pressuposto que melhor conduziriam a desvelar o não dito desse discurso. Cabe, agora, como conclusão deste trabalho, estabelecer, a partir das noções expostas, um roteiro do procedimento analítico que poderá servir de suporte ao exame de textos sobre administração.

8 Procedimentos metodológicos

Essas notas e esses subsídios para a análise do discurso visam, como foi dito, à definição de alguns procedimentos metodológicos para analisar o discurso da administração. A preocupação de formar um corpo de conceitos fundamentais pode fazer parecer estar eu me desviando do objeto principal, que é o próprio discurso. Entretanto, parece-me impossível fazê-lo sem levantarmos algumas questões básicas a respeito do discurso da administração, tais como: existe um discurso geral da administração? Qual o conceito que o permeia? Quais suas propostas e suas intenções? A que leva esse discurso?

Para responder a essas perguntas, o referencial teórico elaborado assumiu atingir alguns objetivos que praticamente se impuseram: o primeiro, geral, o de ir atrás das aparências do discurso, através de uma análise que permita desvendar a economia interna desse discurso. Para isso, alguns pontos foram levantados como necessários: o conhecimento das forças que atuam nesse discurso, através dos elementos que compõem a comunicação; a análise das relações que se estabelecem entre o discurso e suas condições de produção; a análise das intenções do discurso, a partir das condições de produção, através do exame dos seus aspectos utilitários e de suas formas argumentativas. Esses pontos convergem para uma ação principal: fazer submergir, através desses procedimentos, um texto outro, até então latente no discurso aparente.

Restringido o *corpus* do trabalho, com os cuidados devidos para torná-lo coeso, é preciso definir algumas etapas de trabalho:

1. Em primeiro lugar, o estabelecimento desse *corpus* e a construção do texto global que deve ser analisado. A inclusão de entrevistas, de preferência abertas, implica não apenas a preparação e a aplicação, mas a elaboração dos textos que serão efetivamente analisados.

2. De posse desses textos, ou desse *corpus* composto, passa-se à sua pré-análise, que corresponde ao período de intuições na leitura do texto-alvo, tendo por objetivo a

operacionalização e a sistematização das idéias primeiras, de modo a atingir um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, ou seja, um plano de análise.

3. A pré-análise leva evidentemente à formulação de hipóteses que nortearão a exploração do material. A construção dessas hipóteses deverá levar em conta as considerações desenvolvidas anteriormente em nível de análise do discurso, e deve restringir-se ao texto, e não a fatos exteriores a ele.

4. A constituição de um *corpus* periférico, abrangente, composto de elementos que envolvem o *corpus* específico e que deverão ser analisados separadamente, como discursos-suporte. O objetivo é ver de que maneira cada um desses textos-condição de produção emitiu conceitos que serão refletidos no texto-alvo, abrindo assim caminho para a sua desocultação. Esse *corpus* é, *inevitavelmente,* mais amplo que o anterior.

5. A etapa seguinte é a da exploração do material constitutivo desses *corpus*. Sendo formado indubitavelmente de dois tipos de material, duas abordagens diferentes devem ser utilizadas. Em primeiro lugar, o *corpus* periférico no qual se insere o *corpus* a ser analisado e que permitirá o conhecimento das condições de produção do discurso, ou seja, dos elementos que interferem na formação do texto e que conotam o seu sentido.

6. A análise do discurso-alvo implica a adoção de alguns procedimentos básicos: primeiramente, o estabelecimento das condições de produção específicas daquele discurso e diretamente relacionadas com ele; em seguida, a análise dos segmentos discursivos que permitam a elaboração dos conceitos a serem tramitados nas análises subseqüentes; o exame da estrutura do discurso; o estabelecimento de um quadro referencial a partir de uma análise temática; a análise dos segmentos significativos resultantes de cortes efetivados no interior do próprio discurso; o recorte desses segmentos conduz a sua análise comparativa; chega-se à análise conclusiva a partir do exame das categorias emergentes.

Quanto ao tipo de análise, é importante assinalar que opto por uma análise qualitativa. Na verdade, a proposta de uma análise quantitativa não me parece tentadora, apesar das garantias de cientificidade. A quantificação, em verdade, vem sendo defendida como o único critério de objetividade que pode dar suporte a uma análise do discurso. Os exemplos de quantificação trazidos pelas experiências de Berelson e de seus seguidores não permitem o exame de um vasto *corpus,* já que ela está baseada no levantamento estatístico da freqüência de aparecimento de certos elementos da mensagem. O automatismo criado por esse tipo de análise não permite, evidentemente, uma certa maleabilidade na manipulação dos dados, já que as entradas, pelos processos estatísticos, são úteis, sobretudo, para a verificação de hipóteses, e conduzem assim a análise a pressupostos rigidamente definidos.

Ao contrário, a análise qualitativa "corresponde a um processo mais intuitivo, mas também mais maleável, mais adaptável a indícios não previstos ou à evolução das hipóteses. Ela permite sugerir relações possíveis entre um indício da mensagem e um ou vários valores do locutor (ou da situação de comunicação)" (Bardin, 1977, p. 115). Para isso, pode-se dizer, ainda com Laurence Bardin, que o que caracteriza a análise qualitativa é que a inferência – cada vez que ela é feita – está fundada sobre a presença de um determinado indício (tema, palavra, personagem, etc.), e não sobre a freqüência de seu aparecimento, em cada comunicação individual.

9. Conclusões

Disse, no início deste trabalho, que era sua proposta examinar alguns aspectos relativos à análise do discurso, com vistas a sua aplicação a textos ligados à administração. A análise do discurso da administração tem sido vista de quatro formas: a primeira como um exame dos princípios propugnados por um determinado teórico em relação às teorias existentes até então. Trata-se aí de um estudo que se poderia considerar também teórico. A segunda, examinando a prática administrativa e cotejando com uma teoria ou com várias teorias, ou, a partir da prática, elaborar uma nova teoria ou criticar as existentes; a terceira, baseada em procedimentos comparativos, tem por objetivo confrontar experiências diferentes ou teorias diversas para detectar novas posturas decorrentes dessa comparação; a quarta é a da análise ideológica das posições administrativas.

É como uma modalidade dessa quarta que se insere, no contexto do estudo da administração, a minha proposta, que é eminentemente política. A análise do discurso, penetrando no subtexto existente atrás do texto explícito, volta-se para a denúncia do não dito e revela o que de falacioso pode apresentar na sua primeira aparência um discurso.

Por isso, acredito na contribuição que esse tipo de análise pode trazer, numa perspectiva política. Poderão dizer alguns que ela exige um conhecimento específico de lingüística e de semiologia. No entanto, levando em consideração alguns aspectos básicos, não apresenta nenhum conceito não detectável pelo não-especialista. Pode, conseqüentemente, ser utilizada com importantes resultados por analistas ciosos de verificar o mundo de subentendidos e de implícitos no discurso da administração.

Referências bibliográficas

Anscombre, J. C. e Ducrot, Oswald. Interrogation et argumentation. *Langue Française, 52:* 5-22, 1981.

Apostel, Leo. De l'interrogation en tant qu'action. *Langue Française, 52:* 23-43, 1981.

Aristóteles. *Arte retórica e arte poética.* Rio de Janeiro, Edições Ouro, s.d.

Ballalai, Roberto. *O dito e o não dito no discurso da participação.* Tese de doutorado apresentada à UFRJ. Rio de Janeiro, 1987. mimeogr.

Bardin, Laurence. *L'analyse de contenu.* Paris, Presses Universitaires de France, 1977.

Barthes, Roland. *Le degré zéro de l'écriture.* Elements de sémiologie. Paris, Seuil, 1964.

Bourdieu, Pierre. Esboço de uma teoria prática. In: Ortiz, Renato, org. *Pierre Bourdieu.* São Paulo, Ática, 1983.

Cannel, Charles F. e Kahn, Robert. Interviewing. In: *The handbook of social psychology.* Massachusetts, California; London, Ontario, Addson-Wesley, 1968. v. 2.

Ducrot, Oswald. Analyses pragmatiques. *Communications* (Les actes du discours), *32:* 11-60, 1980.

————. *Dire et ne pas dire.* Paris, Hermann, 1972.

————. Les lois du discours. *Langue Française, 42:* 21-23, 1979.

————. Présupposés et sous-entendus. *Langue Française, 4,* 1969.

————. et alii. *Que'est-ce que le structuralisme?* Paris, Seuil, 1968.

————. et alii. *Les mots du discours.* Paris, Minuit, 1980.

Greimas, A. J. *Semantique structurale.* Paris, Larousse, 1966.

————. *Du sens.* Paris, Seuil, 1970.

Grice, Paul. Logique et conversation. *Communications, 3:* 57-72, 1979.

Haroche, Cl., Henry, P. e Pêcheux, M. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. *Langages, 24:* 93-106, 1971.

Hintikka, Jaakko. Questions de réponses et bien d'autres questions encore. *Langue Française, 52:* 56-69, 1981.

Hjelmslev, Louis. *Le langage.* Paris, Minuit, 1966.

Isambert-Jamati. *Crises de la société, crise de l'enseignement.* Paris, PUF, 1970.

Jakobson, Roman. *Essais de linguistique générale.* Paris, Minuit, 1963.

Kristeva, Julia. Les épistemologies de la linguistique. *Langages, 24:* 3-13, 1971.

Lévi-Strauss, Claude. *Anthropologie structurale.* Paris, Plon, 1958.

————. *Mythologique: le cru et le cruit.* Paris, Plon, 1964.

————. *Mythologique: du miel aux cendres.* Paris, Plon, 1966.

————. *La pensée sauvage.* Paris, Plon, 1962.

Meyer, Michel. La conception problématologique du langage. *Langue Française, 52:* 80-99, 1981*a*.

————. Présentation. *Langue Française, 52:* 3-4, 1981*b*.

————. *Logique, langage, et argumentation.* Paris, Hachette, 1982.

Morin, Violette. *L'ecriture de presse.* Paris, Mouton & Co., la Haye, 1969.

Parret, Herman. Les stratégies pragmatiques. *Communications, 32:* 250-73, 1980.

Pêcheux, M. e Fuchs, C. Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours. *Langages, 37*(4): 5-14, 1975.

Perelman, Ch. e Olbrechts-Tyteca. *Traité de l'argumentation – la nouvelle rhétorique.* Bruxelles, Institut de Sociologie, Université, Libre, 1970.

Peytard, Jean. Rapports et interférences de la linguistique et la littérature (introduction à une bibliographie). In: *La nouvelle critique, linguistique et littérature,* 1968.

Raymond, Henri. Analyse de contenu et entretien non directif: application au symbolisme de l'habitat. *Revue Française de Sociologie, 9:* 167-79, 1968.

Récanati, François. Le dévelopment de la pragmatique. *Langue Française, 42:* 6-20, 1979*a*.

————. Insinuation et sous-entendu. *Communications, 30:* 95-106, 1979*b*.

————. Qu'est-ce qu'un acte locutionnaire. *Communications, 32:* 190-215, 1980.

Robin, Régine. Histoire de la linguistique: premiers jalons. *Langue Française, 9:* 45-57, 1971.

————. *Histoire et linguistique.* Paris, Armand Colin, 1973.

Saussure, Ferdinand. *Cours de linguistique générale.* Paris, Payot, 1968.

Sumpf, J. Linguistique et sociologie. *Langages, 11:* 3-35, 1968.